



<b>1. A QUESTÃO AMBIENTAL E AS CONCEPÇÕES ÉTICAS SOBRE O MEIO AMBIENTE.....</b>	<b>1</b>
1.1. A crise ambiental.....	1
1.2. O antropocentrismo, o ecocentrismo e o biocentrismo.....	3
1.3. As concepções éticas ambientais na Constituição Federal de 1988 ...	7
1.4. Questões de concursos públicos comentadas.....	8
<b>2. MEIO AMBIENTE E DIREITO AMBIENTAL.....</b>	<b>9</b>
2.1. Definição de meio ambiente.....	9
2.2. Espécies de meio ambiente.....	10
2.3. Definição, autonomia e objetivo do direito ambiental.....	11
2.4. Questões de concursos públicos comentadas.....	13
<b>3. A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....</b>	<b>15</b>
3.1. Introdução.....	15
3.2. Meio ambiente cultural.....	16
3.3. Meio ambiente natural.....	16
3.4. Meio ambiente artificial.....	16
3.5. Direito intertemporal ambiental.....	17
3.6. A constitucionalização do direito ambiental no Brasil e o nascimento do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.....	18
3.7. Hermenêutica jurídica ambiental e a interpretação constitucional das normas ambientais.....	24
3.8. Histórico das principais leis ambientais do Brasil.....	29
3.9. Questões de concursos públicos comentadas.....	31
<b>4. COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AMBIENTAIS.....</b>	<b>33</b>
4.1. Federalismo de cooperação.....	33

4.2.	Competências materiais ambientais.....	34
4.3.	Competências legislativas ambientais.....	39
4.4.	Questões de concursos públicos comentadas .....	46
<b>5.</b>	<b>PRINCÍPIOS SETORIAIS.....</b>	<b>51</b>
5.1.	Definição, funções e tensão.....	51
5.2.	Princípio da prevenção.....	52
5.3.	Princípio da precaução.....	53
5.4.	Princípio do desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento.....	56
5.5.	Princípio do poluidor (ou predador)-pagador ou da responsabilidade.....	62
5.6.	Princípio do usuário-pagador.....	65
5.7.	Princípio da cooperação entre os povos .....	66
5.8.	Princípio da solidariedade intergeracional ou equidade.....	67
5.9.	Princípio da natureza pública (ou obrigatoriedade) da proteção ambiental.....	68
5.10.	Princípio da participação comunitária ou cidadã ou princípio democrático.....	68
5.11.	Princípio da função socioambiental da propriedade.....	69
5.12.	Princípio da informação.....	71
5.13.	Princípio do limite ou controle .....	72
5.14.	Princípio do protetor-recebedor .....	72
5.15.	Princípio da vedação ao retrocesso ecológico.....	75
5.16.	Princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada.....	75
5.17.	Princípio da gestão ambiental descentralizada, democrática e eficiente.....	75
5.18.	Outros princípios ambientais (11 princípios).....	76
5.19.	Tabela dos princípios ambientais.....	78
5.20.	Questões de concursos públicos comentadas.....	80
<b>6.</b>	<b>A POLÍTICA NACIONAL E O SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.....</b>	<b>87</b>
6.1.	Princípios .....	87
6.2.	Objetivos específicos.....	89
6.3.	Instrumentos.....	90
6.4.	O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).....	97
6.5.	Questões de concursos públicos comentadas.....	105

<b>7. O ZONEAMENTO AMBIENTAL</b> .....	<b>111</b>
7.1. Considerações iniciais .....	111
7.2. Definição .....	112
7.3. Objetivo geral .....	113
7.4. Competência para a realização .....	113
7.5. Pressupostos .....	114
7.6. Conteúdo .....	114
7.7. Alteração .....	114
7.8. Regra de transição .....	115
7.9. Zoneamento industrial .....	115
7.10. Questões de concursos públicos comentadas .....	117
<b>8. O PODER DE POLÍCIA, O LICENCIAMENTO E OS ESTUDOS AMBIENTAIS</b> .....	<b>121</b>
8.1. Considerações gerais sobre o poder de polícia .....	121
8.2. Poder de polícia e taxa .....	126
8.3. Executoriedade de alguns atos de polícia ambiental .....	127
8.4. Peculiaridades da licença ambiental .....	127
8.5. Revogação e anulação da licença ambiental .....	131
8.6. Definição de licença ambiental .....	132
8.7. Espécies de licença ambiental .....	133
8.8. Fundamentos e definição de licenciamento ambiental .....	135
8.9. Publicidade do licenciamento ambiental .....	137
8.10. Exigibilidade do licenciamento ambiental .....	138
8.11. Competência para o licenciamento ambiental .....	138
8.11.1. Disciplina normativa e critérios definidores: extensão do impacto ambiental e dominialidade do bem público afetável .....	138
8.11.2. Competências licenciatórias federais .....	142
8.11.3. Competências licenciatórias municipais .....	146
8.11.4. Competências licenciatórias estaduais .....	147
8.11.5. Competências licenciatórias do Distrito Federal .....	148
8.11.6. Competências licenciatórias para a supressão e o manejo de vegetação .....	149
8.11.7. Regras de competência para o licenciamento ambiental no novo Código Florestal .....	149
8.11.8. O licenciamento em mais de uma esfera de competência .....	150

8.11.9.	O conflito entre o critério da extensão do impacto ambiental e o critério da dominialidade do bem público afetável.....	153
8.12.	Estudos ambientais ou avaliação de impactos ambientais .....	164
8.13.	Questões de concursos públicos comentadas.....	171
<b>9.</b>	<b>ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS....</b>	<b>179</b>
9.1.	Disposições gerais e novidades do Código Florestal (Lei 12.651/2012).....	180
9.2.	Áreas de Preservação Permanente (APP's).....	187
9.2.1.	Definição legal.....	187
9.2.2.	APP's do artigo 4.º do novo CFlo.....	187
9.2.3.	APP's do artigo 6.º do CFlo .....	200
9.2.4.	Outras APP's instituídas pelo CONAMA.....	201
9.2.5.	Regime especial de proteção e exploração excepcional... ..	203
9.2.6.	Áreas consolidadas em APP's reguladas pelo novo Código Florestal .....	209
9.2.7.	APP's instituídas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios .....	212
9.2.8.	A difícil questão da indenizabilidade da vegetação em APP na hipótese de desapropriação .....	213
9.2.9.	Explorações consolidadas em APP.....	214
9.3.	Apicuns e salgados.....	218
9.4.	Reserva Legal (RL).....	220
9.4.1.	Definição legal.....	220
9.4.2.	Natureza jurídica .....	221
9.4.3.	Percentuais mínimos e Cota de Reserva Ambiental .....	222
9.4.4.	Redução da Reserva Legal .....	226
9.4.5.	Ampliação da Reserva Legal.....	227
9.4.6.	Localização da Reserva Legal.....	227
9.4.7.	Cálculo da Reserva Legal.....	227
9.4.8.	Dispensa da Reserva Legal.....	229
9.4.9.	Registro imobiliário e inscrição no Cadastro Ambiental Rural.....	229
9.4.10.	Regime de proteção e explorabilidade sustentável da Reserva Legal .....	230
9.4.11.	Obrigação <i>propter rem</i> de reflorestar do proprietário .....	232
9.4.12.	Desapropriação e indenizabilidade limitada.....	233
9.4.13.	Isenção do ITR e averbação da reserva legal .....	233
9.4.14.	Explorações consolidadas em Reserva Legal e sua recomposição .....	235

9.4.15. Quadro comparativo entre Áreas de Preservação Permanente – APP e Reserva Legal – RL.....	237
9.5. Unidades de Conservação (UC's).....	238
9.5.1. Introdução.....	238
9.5.2. Definição legal.....	239
9.5.3. Criação, extinção, redução e desafetação.....	239
9.5.4. Possibilidade de desapropriação da área.....	239
9.5.5. Requisitos para a instituição.....	240
9.5.6. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.....	241
9.5.7. Grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável.....	241
9.5.8. Zona de amortecimento e licenciamento ambiental em unidade de conservação ou no seu entorno.....	245
9.5.9. Corredores ecológicos.....	248
9.5.10. Mosaico.....	248
9.5.11. Plano de manejo.....	249
9.5.12. Limitações administrativas provisórias.....	250
9.5.13. Taxa de visitação.....	250
9.5.14. Gestão por OSCIP e sua concessão aos particulares.....	251
9.5.15. Compensação por significativo impacto ambiental.....	252
9.5.16. Populações tradicionais.....	256
9.5.17. Outras disposições.....	258
9.5.18. Competência para o licenciamento ambiental nas unidades de conservação.....	258
9.5.19. Regra de transição.....	258
9.5.20. Reservas da Biosfera.....	259
9.5.21. Atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.....	259
9.5.22. Unidades de conservação federais.....	260
9.6. Áreas ambientais municipais.....	260
9.7. Áreas de uso restrito.....	261
9.8. Questões de concursos públicos comentadas.....	264
<b>10. AGROTÓXICOS.....</b>	<b>271</b>
10.1. Introdução.....	271
10.2. Registro.....	272
10.3. Embalagens.....	273
10.4. Propaganda.....	275
10.5. Venda.....	276
10.6. Responsabilização civil, administrativa e criminal pela violação das disposições legais.....	276

10.7. Criminalização de condutas.....	277
10.8. Questões de concursos públicos comentadas.....	278
<b>11. A GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS.....</b>	<b>281</b>
11.1. Abrangência da gestão de florestas públicas .....	281
11.2. Definição de concessão florestal.....	281
11.3. Objeto.....	282
11.4. Limites .....	282
11.5. Regras licitatórias especiais .....	282
11.6. Prazo .....	283
11.7. Licenciamento ambiental.....	283
11.8. Livre concorrência .....	284
11.9. Controvérsia sobre a necessidade de autorização do Congresso Nacional.....	284
11.10. Extinção da concessão florestal.....	285
11.11. Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal .....	285
11.12. Serviço florestal brasileiro .....	285
11.13. Concessão florestal na Flona Jamari .....	285
11.14. Questões de concursos públicos comentadas .....	287
<b>12. ÁGUAS.....</b>	<b>289</b>
12.1. Titularidade dominial .....	289
12.2. A Política Nacional de Recursos Hídricos .....	291
12.2.1. Fundamentos.....	291
12.2.2. Objetivos.....	294
12.2.3. Diretrizes gerais de ação.....	295
12.2.4. Instrumentos.....	295
12.3. O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH .....	298
12.3.1. Composição e objetivos.....	298
12.3.2. Conselho Nacional de Recursos Hídricos.....	299
12.3.3. Agência Nacional de Águas .....	300
12.3.4. Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal.....	301
12.3.5. Comitês de Bacia Hidrográfica.....	301
12.3.6. Agências de Água .....	303
12.3.7. Organizações civis de recursos hídricos .....	304
12.4. Regime jurídico de utilização da água.....	305

12.5. Infrações administrativas.....	309
12.6. Padrões de qualidade da água.....	309
12.7. As águas no Código Civil.....	310
12.8. Política Nacional de Segurança de Barragens.....	312
12.9. Questões de concursos públicos comentadas.....	314
<b>13. AR.....</b>	<b>317</b>
13.1. Disposições gerais.....	317
13.2. Padrões de emissão de gases.....	318
13.3. Queimadas.....	319
13.4. Poluição sonora.....	323
13.5. Questão de concurso público comentada.....	325
<b>14. FAUNA.....</b>	<b>327</b>
14.1. Definição e competência dos entes federados.....	327
14.2. Classificação.....	329
14.3. Propriedade.....	329
14.4. Caça.....	330
14.5. Comercialização da fauna silvestre.....	333
14.6. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.....	334
14.7. Proteção constitucional.....	340
14.8. Questões de concursos públicos comentadas.....	342
<b>15. FLORA.....</b>	<b>345</b>
15.1. Disposições gerais e competência dos entes federados.....	345
15.2. Supressão da vegetação nativa para uso alternativo do solo e o controle do desmatamento.....	349
15.3. Exploração florestal e a sua reposição.....	350
15.4. Controle da origem dos produtos florestais.....	352
15.5. Proibição do uso do fogo e controle dos incêndios.....	353
15.6. Programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente.....	353
15.7. Agricultura familiar na pequena propriedade ou posse rural.....	357
15.8. Tutela especial da Mata Atlântica.....	358
15.9. Tutela especial da Floresta Amazônica.....	370
15.10. Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu.....	371
15.11. Questões de concursos públicos comentadas.....	372

<b>16. RECURSOS MINERAIS .....</b>	<b>375</b>
16.1. Propriedade .....	375
16.2. Competência legislativa .....	375
16.3. Minas e jazidas.....	375
16.4. Regimes de aproveitamento.....	376
16.5. Licenciamento ambiental.....	379
16.6. Recuperação da área degradada.....	380
16.7. Questões de concursos públicos comentadas .....	381
<b>17. PATRIMÔNIO CULTURAL.....</b>	<b>385</b>
17.1. Conceito e competência material .....	385
17.2. Plano Nacional de Cultura.....	387
17.3. Formas de tutela.....	390
17.4. Patrimônio espeleológico .....	391
17.5. Patrimônio arqueológico ou pré-histórico.....	392
17.6. Registro .....	393
17.7. Tombamento .....	398
17.7.1. Definição .....	398
17.7.2. Previsão legal .....	399
17.7.3. Natureza jurídica .....	399
17.7.4. Descentralização administrativa.....	399
17.7.5. Competência para instituição.....	399
17.7.6. Competência legiferante.....	400
17.7.7. Objeto.....	400
17.7.8. Espécies.....	400
17.7.9. Tombamento de ofício .....	400
17.7.10. Tombamento provisório.....	401
17.7.11. Tombamento definitivo.....	402
17.7.12. Procedimento federal.....	402
17.7.13. Registro cartorial .....	402
17.7.14. Conteúdo da proteção .....	402
17.7.15. Zona de entorno .....	402
17.7.16. Conservação e reparação.....	403
17.7.17. Direito de preferência .....	403
17.7.18. Outras formas de instituição.....	403
17.7.19. Indenização .....	403
17.7.20. Tombamento constitucional.....	404
17.7.21. Destombamento .....	404



17.7.22. Infrações administrativas contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural .....	404
17.7.23. Crimes contra o patrimônio cultural .....	404
17.7.24. Jurisprudência .....	404
17.8. Desapropriação .....	407
17.9. Questões de concursos públicos comentadas.....	408
<b>18. PATRIMÔNIO ARTIFICIAL .....</b>	<b>411</b>
18.1. Disposições gerais constitucionais e sua regulamentação.....	411
18.2. Estatuto da Cidade .....	413
18.3. Questões de concursos públicos comentadas .....	417
<b>19. PATRIMÔNIO GENÉTICO .....</b>	<b>421</b>
19.1. Biodiversidade .....	421
19.1.1. Previsão constitucional, definição e regulamentação.....	421
19.1.2. Patrimônio genético, conhecimento tradicional associado e acesso/transferência de tecnologia.....	422
19.2. Biossegurança .....	428
19.2.1. A pesquisa com células-tronco embrionárias e o direito fundamental à vida.....	429
19.2.2. A pesquisa com Organismos Geneticamente Modificados – OGM.....	431
19.2.3. CIBio.....	432
19.2.4. CNBS .....	432
19.2.5. CTNBio.....	432
19.2.6. SIB .....	433
19.2.7. Órgãos e entidades de registro e fiscalização.....	434
19.2.8. Responsabilidade civil e administrativa .....	434
19.2.9. Regras de transição .....	434
19.2.10. Licenciamento ambiental.....	434
19.3. A situação brasileira.....	435
19.4. Questões de concursos públicos comentadas .....	436
<b>20. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS AMBIENTAIS .....</b>	<b>445</b>
20.1. Conceito legal de poluidor .....	446
20.2. Nexo de causalidade .....	454
20.3. Natureza objetiva.....	458
20.4. Danos ambientais .....	465
20.5. Questões de concursos públicos comentadas.....	473

<b>21. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS .....</b>	<b>481</b>
21.1. Disposições gerais .....	481
21.2. Infração ambiental do artigo 70 da Lei 9.605/1998 e sua regu- lamentação .....	484
21.2.1. Tipicidade e legalidade .....	484
21.2.2. Sanções administrativas .....	487
21.2.3. Procedimento .....	491
21.2.4. Tipos em espécie .....	493
21.2.5. Prescrição .....	494
21.2.6. Hipóteses de suspensão e conversão da punibilidade administrativa no novo Código Florestal .....	495
21.3. Outras infrações administrativo-ambientais .....	496
21.4. Questões de concursos públicos comentadas .....	499
<b>22. RESPONSABILIDADE CRIMINAL AMBIENTAL.....</b>	<b>505</b>
22.1. A responsabilidade penal da pessoa jurídica .....	505
22.2. A figura do garantidor .....	514
22.3. A competência para o julgamento .....	515
22.4. A desconsideração da personalidade jurídica .....	524
22.5. A dosimetria das sanções .....	528
22.6. As penas restritivas de direito das pessoas físicas .....	528
22.7. As penas das pessoas jurídicas .....	529
22.8. Apreensão dos produtos e dos instrumentos do crime ambiental ...	530
22.9. A liquidação forçada da pessoa jurídica .....	531
22.10. Circunstâncias atenuantes e agravantes .....	531
22.11. A suspensão condicional da pena .....	533
22.12. A iniciativa da ação penal .....	533
22.13. A suspensão condicional do processo .....	533
22.14. A proposta de aplicação de pena restritiva de direitos .....	536
22.15. A substituição da pena privativa de liberdade .....	536
22.16. Sentença condenatória e reparação .....	536
22.17. O princípio da insignificância .....	537
22.18. A suposta exclusão da ilicitude pela celebração e cumprimento de TAC .....	542
22.19. Comentário geral sobre os tipos da Lei 9.605/1998 .....	543
22.20. Dos crimes contra a fauna .....	546
22.21. Dos crimes contra a flora .....	563

22.22. Da poluição e outros crimes ambientais.....	588
22.23. Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural .....	605
22.24. Dos crimes contra a administração ambiental.....	612
22.25. Cooperação penal internacional .....	619
22.26. Tutela penal do meio ambiente em outras leis .....	620
22.27. Questões de concursos públicos comentadas .....	621
<b>23. TUTELA PROCESSUAL CIVIL DO MEIO AMBIENTE .....</b>	<b>633</b>
23.1. Disposições gerais .....	633
23.2. Ação individual .....	634
23.3. Ação civil pública .....	635
23.3.1. Considerações iniciais .....	635
23.3.2. Legitimidade ativa .....	636
23.3.3. Legitimidade passiva .....	639
23.3.4. Competência jurisdicional .....	640
23.3.5. Direitos ou interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos .....	645
23.3.6. Regime jurídico da coisa julgada.....	648
23.3.7. Controle difuso de constitucionalidade .....	656
23.3.8. Pedido .....	657
23.3.9. Imprescritibilidade da pretensão .....	662
23.3.10. Questões específicas ambientais .....	663
23.3.11. Outras regras.....	665
23.4. Ação popular .....	668
23.4.1. Considerações iniciais .....	668
23.4.2. Legitimidade ativa .....	669
23.4.3. Legitimidade passiva .....	669
23.4.4. Objeto e eficácia da sentença .....	670
23.4.5. Competência jurisdicional .....	671
23.4.6. Outras disposições.....	673
23.5. Questões de concursos públicos comentadas.....	673
<b>24. DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL.....</b>	<b>681</b>
24.1. Disposições gerais .....	681
24.2. A conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente – Conferência de Estocolmo.....	684
24.3. A CITES – convenção sobre o comércio internacional das espécies da fauna e flora selvagens em perigo de extinção .....	686

24.4.	A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD (Rio/1992 ou Eco/1992).....	688
24.4.1.	A declaração do Rio .....	689
24.4.2.	A agenda 21.....	692
24.4.3.	A declaração de princípios para o desenvolvimento sustentável das florestas (Carta das Florestas).....	692
24.4.4.	A convenção sobre Diversidade Biológica (Convenção da Biodiversidade).....	692
24.4.5.	A Convenção – quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima .....	696
24.5.	Protocolo de Kyoto à Convenção – quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima.....	697
24.6.	Acordo de Copenhague.....	701
24.7.	Acordo-quadro sobre complementação energética regional entre os Estados-Partes do Mercosul e estados associados.....	702
24.8.	Questões de concursos públicos comentadas.....	703
<b>25.</b>	<b>POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA.....</b>	<b>709</b>
25.1.	Introdução .....	709
25.2.	Medidas executórias.....	711
25.3.	Princípios .....	712
25.4.	Objetivos.....	712
25.5.	Diretrizes.....	714
25.6.	Instrumentos.....	716
25.7.	Meta brasileira de redução dos gases que causam o efeito estufa...	720
25.8.	O novo Código Florestal e as mudanças climáticas .....	722
<b>26.</b>	<b>POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....</b>	<b>723</b>
26.1.	Introdução .....	723
26.2.	Princípios .....	725
26.3.	Objetivos.....	726
26.4.	Instrumentos.....	727
26.5.	Classificação dos resíduos sólidos.....	732
26.6.	Responsabilidade dos geradores e do Poder Público.....	733
26.7.	Resíduos perigosos .....	734
26.8.	Instrumentos econômicos .....	735
26.9.	Proibições.....	736
26.10.	Regras de transição.....	737
26.11.	Questões de concursos públicos comentadas .....	738

<b>27. ORDEM ECONÔMICA, MEIO AMBIENTE E TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL</b> .....	<b>739</b>
27.1. Introdução .....	739
27.2. A ordem econômica ambiental e a relação entre o direito ambiental e o direito econômico .....	740
27.3. A fiscalidade, a parafiscalidade e a extrafiscalidade a serviço da proteção do meio ambiente .....	743
27.4. A extrafiscalidade como instrumento de realização dos princípios ambientais .....	745
27.5. O princípio da capacidade contributiva como limitador da extrafiscalidade ambiental .....	746
27.6. A releitura do princípio da estrita legalidade .....	747
27.7. A adoção de critérios ambientais pelos Estados no repasse de parcela da arrecadação do ICMS aos municípios (“ICMS ecológico”) .....	748
27.8. Questões de concursos públicos comentadas .....	749
<b>28. ASPECTOS JURÍDICOS DA AUDITORIA AMBIENTAL</b> .....	<b>751</b>
28.1. Noções introdutórias .....	751
28.2. Definição .....	752
28.3. Legislação de regência .....	753
28.4. Auditoria de conformidade legal ou obrigatória .....	754
28.5. Questões de concursos públicos comentadas .....	756
<b>29. SANEAMENTO BÁSICO</b> .....	<b>757</b>
29.1. Introdução .....	757
29.2. Princípios fundamentais .....	759
29.3. Exercício da titularidade e prestação .....	760
29.4. Planejamento e regulação .....	761
29.5. Aspectos econômicos e sociais .....	763
29.6. Aspectos técnicos .....	764
29.7. Política Federal de Saneamento Básico .....	765
29.8. Questões de concursos públicos comentadas .....	767
<b>30. ÍNDIOS E MEIO AMBIENTE</b> .....	<b>769</b>
30.1. Indigenato e terras indígenas .....	769
30.2. Outras áreas indígenas reservadas .....	775
30.3. Exploração dos recursos naturais .....	775

30.4. Unidades de conservação.....	776
30.5. Conhecimento tradicional associado dos índios ao patrimônio genético.....	777
30.6. Questões de concursos públicos comentadas.....	777
<b>31. POLÍTICA ENERGÉTICA E MEIO AMBIENTE.....</b>	<b>779</b>
31.1. Energia e suas fontes.....	779
31.2. Política energética do Brasil.....	782
31.3. Petróleo e gás natural.....	784
31.4. Biocombustíveis.....	790
31.5. Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia.....	791
31.6. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.....	792
31.7. Energia nuclear.....	794
31.8. Rejeitos radioativos.....	798
31.9. Questões de concursos públicos comentadas.....	804
<b>32. MEIO AMBIENTE DO TRABALHO.....</b>	<b>807</b>
32.1. Composição e normatização constitucional.....	807
32.2. Proteção ao meio ambiente do trabalho.....	808
32.3. Acidente de trabalho, moléstias ocupacionais e eventos equiparados.....	812
32.4. Responsabilidade civil das empresas pelo dano ambiental do trabalho.....	818
32.5. Questões de concursos públicos comentadas.....	819
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>821</b>

**Nota da Editora:** o Acordo Ortográfico foi aplicado integralmente nesta obra.